



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



População em Situação de Rua, Território e Políticas Sociais em Campos dos Goytacazes/RJ

Homeless, Territory and Social Policies in
Campos dos Goytacazes/RJ

*Diogo Jordão Silva¹, Universidade Federal Fluminense,
diogojordao@id.uff.br*

*Silvana Cristina da Silva², Universidade Federal Fluminense,
silvanasilva@id.uff.br*

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense/Campos dos Goytacazes.

² Professora da Universidade Federal Fluminense/Campos dos Goytacazes.

RESUMO

A dimensão territorial constitui importante elemento na compreensão da realidade vivida pelas pessoas em situação de rua. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho busca analisar como os equipamentos de políticas sociais se inserem na dinâmica de vida dessa população na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ. A fim de alcançar o objetivo proposto, foram realizados trabalhos de campo nos quatro equipamentos que atendem esse grupo no município. A pesquisa demonstrou que os equipamentos promovem maior articulação entre os indivíduos e o espaço urbano, permitindo o acesso a melhores condições de vida mediante os serviços que lhes são oferecidos.

Palavras Chave: População em Situação de Rua; Território; Políticas Sociais.

ABSTRACT

The territorial scale plays an important role for understanding how homeless live. This essay is supposed to analyze what is the role played by the facilities of social policies in the way these people live in Campos dos Goytacazes, RJ. In order to reach this purpose researches in the four facilities that assist the group in the city were carried out. The research showed that the facilities promote a better articulation between the individuals and the urban area, allowing better life conditions through the services offered.

Keywords: Homeless; Territory; Social Policies.

INTRODUÇÃO

A presença de pessoas vivendo nas ruas é uma situação recorrente nas cidades do Brasil e do mundo. Apesar de nem sempre serem percebidos pelos demais agentes do espaço urbano, esses indivíduos estão sempre ocupando determinados espaços e desenvolvendo estratégias na busca por condições mínimas de sobrevivência na cidade.

A população em situação de rua constitui um dos grupos sociais mais alijados do espaço urbano. A realização de suas necessidades básicas de sobrevivência, como comer, dormir e trabalhar, é condicionada ao tipo de espaço ocupado, de modo que seu cotidiano é marcado por um processo de itinerâncias e fixações. Conforme Daiane Santos (2009), a necessidade de um espaço para abrigo faz com que essas pessoas sejam obrigadas a transformar ambientes inóspitos em territórios existenciais, onde seja minimamente possível saciar suas necessidades diárias.

Considera-se que o território constitui importante elemento na compreensão da realidade vivida por essa população. Segundo Koga (2011), a dimensão territorial traz elementos que permitem uma perspectiva de totalidade da questão social, pois além de trabalhar com os aspectos das necessidades, se refere também às próprias relações estabelecidas entre os sujeitos e seu cotidiano de vivência.

O processo de marginalização desse grupo social se conecta com o modo de produção vigente e com as características dos países periféricos, em que há um processo de urbanização acelerado e um nível de desigualdade elevado. Ainda que existam fatores de ordem individual que levam à condição de situação de rua, há processos gerais como projetos de desenvolvimento econômico adotados, que no caso brasileiro, mostram claramente uma opção pelo planejamento e desenvolvimento urbano-regional que privilegia as empresas e as elites. Assim, o processo de geração da marginalização dessa população é sentido nas cidades, sejam elas metrópoles, cidades médias ou pequenas.

Recentemente, esse grupo tem se tornado alvo de políticas sociais específicas que vêm sendo institucionalizadas mediante a organização político-administrativa do território brasileiro. Isso porque são as diretrizes nacionais que geram as normas e possibilidades para os municípios executarem tais ações.

Esse processo tem como marco inicial a Lei nº 11.258/2005 que incorporou programas de proteção social às pessoas em situação de rua no campo da Assistência Social. Grande parte do atendimento a esse grupo social, até então, originava-se de filantropia. Desse modo, a base material para o atendimento a população em situação de rua como política pública, em que cada esfera federativa possui atribuições específicas, vem se constituindo no período recente no Brasil.

Nesse âmbito, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, instituída em 2009, prevê para essas pessoas equipamentos de serviços como os Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), assim como as unidades de acolhimento institucional. Ao serem implantadas no território, tais materialidades passam integrar-se às dinâmicas de vida dessa população no espaço das cidades.

A problemática da população em situação de rua é presente em Campos dos Goytacazes, *cidade média* localizada no Norte de Rio de Janeiro. Ao andar por sua área central é comum encontrar pessoas fazendo das calçadas, parques e praças seus espaços de habitação e trabalho.

No que concerne às políticas para essa população, a cidade dispõe de quatro equipamentos, todos vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS). São eles: o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), o Abrigo Lar Cidadão, a Casa de Passagem, além do Albergue noturno Francisco de Assis. Esses compõem a dinâmica dessa população no espaço urbano.

Diante de tais considerações, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as relações entre a população em situação de rua e o território, mediante a análise das políticas sociais materializadas no espaço urbano, tendo como recorte espacial a cidade de Campos dos Goytacazes. Analisaremos como os equipamentos de atendimento a esse grupo populacional se inserem em suas dinâmicas de vida na cidade.

Para atender ao objetivo proposto foram realizados trabalhos de campo nos quatro equipamentos municipais que oferecem serviços a essa população. O trabalho está dividido em duas partes: a primeira diz respeito à discussão sobre a população em situação de rua e o território, evidenciando o papel das políticas sociais na relação entre esses sujeitos e o espaço urbano; já a segunda parte analisa como a materialização das políticas sociais se insere nas vivências da população que vive nas ruas de Campos dos Goytacazes.

TERRITÓRIO E POLÍTICAS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A compreensão da problemática referente à população em situação de rua envolve uma multiplicidade de fatores e condições, haja vista a heterogeneidade desses indivíduos, seus diferentes processos de vida, suas condições de sobrevivência, assim como sua vinculação com a economia. No caso do presente trabalho, a intenção é refletir sobre o papel das políticas sociais nas relações entre essa população e o território.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008)³ realizada em 71 municípios do país identificou 31.922 pessoas vivendo nas ruas, havendo uma predominância de pessoas do sexo masculino (82%). Os principais motivos pelos quais chegaram a essa situação se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com familiares (29,1%). Quanto à faixa etária, mais da metade (53%) possui entre 25 e 44 anos. A população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores, de modo que 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Dessas atividades, destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Apenas 15,7% das pessoas pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência.

Embora tais indivíduos vivam na cidade, pode-se dizer que suas vivências se dão de maneiras distintas daquelas realizadas pelos demais cidadãos. Segundo Frangella (2004), essas pessoas experienciam a geografia urbana de forma particular, fazendo da rua um lugar de deslocamento contínuo e dotado de funções diversas daquela preconizada pela ordem urbana. Em suas vivências, acabam se apropriando de espaços e de recursos específicos da cidade no intuito de garantir as condições mínimas de sobrevivência. Não tendo nenhum suporte para recorrer em suas dificuldades, os indivíduos descobrem ou desenvolvem formas de resistência e sobrevivência

³ O levantamento limitou-se a apenas 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, excluindo grandes cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, o que prejudica uma análise mais aprofundada da situação em escala nacional.

nas ruas, constituindo novas redes de relações e vinculando-se de forma mais significativa ao espaço urbano.

Conforme Corrêa (1989), o espaço urbano é a própria sociedade em sua dimensão mais aparente, ou seja, aquela materializada nas formas espaciais. Assim, o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta” (CORRÊA, 1989, p.09). O mesmo é um produto social resultado de ações executadas por agentes sociais concretos que produzem e consomem espaço de maneira complexa mediante o processo de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem.

De acordo com o autor, os principais agentes que fazem e refazem a cidade são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos⁴. Destacamos aqui os dois últimos. Quanto ao Estado, sua atuação mais corrente se faz através da implantação de serviços públicos, além da elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo. Já os grupos sociais excluídos são aqueles que não conseguem acessar os bens e serviços produzidos socialmente, mesmo que tenham as mesmas necessidades dos demais grupos. Nesse sentido, o autor destaca como exemplo o caso daqueles que não tem acesso à habitação, haja vista que grande parte da população não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, acessar a habitação via compra de um imóvel.

Sendo assim, pode-se considerar a população em situação de rua enquanto parte dos grupos sociais excluídos que atuam fazendo e refazendo o espaço urbano. É no espaço da cidade que esses indivíduos, enquanto grupo social, vivem e se reproduzem, de modo que o território desempenha importante papel na reprodução de suas condições de sobrevivência.

Santos e Silveira (2008) afirmam que o território é entendido enquanto uma extensão espacial apropriada e usada. No entanto, não há como explicar o território sem a sua utilização, de maneira que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 2005, p.255). Desse modo, se tem o território usado, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. O mesmo é definido a partir dos objetos e ações, não havendo separação entre as materialidades e seus respectivos usos pela ação humana.

Esta concepção apresenta-se bastante apropriada à análise das dinâmicas de vida dos sujeitos que vivem nas ruas das cidades, haja vista que a saciedade de suas necessidades se dá por meio da diversidade de usos que fazem do território. Conforme Daiane Santos (2009), as diferentes necessidades dos indivíduos que vivem nas ruas são realizadas em espaços distintos da cidade, à medida que estes são adaptados e utilizados de acordo com suas próprias características.

Nesse sentido, a autora afirma que os fundos dos viadutos ou lugares mal iluminados podem ser usados como banheiro, lugar para dormir, fazer sexo ou consumir drogas, por exemplo. Já, o banho e a lavagem das roupas podem ocorrer em fontes, chafarizes e em postos de gasolina, etc., que estejam em seus caminhos.

⁴ Mantivemos a denominação original do autor, mas ressaltamos que o uso do termo “grupos sociais excluídos” é alvo de críticas. Consideramos que estes agentes estão incluídos na produção do espaço urbano. Todavia, suas ações nesse processo são, em grande medida, condicionadas pelas regras do Estado e do grande capital e, além disso, seu acesso aos bens de serviços se dá de modo diferenciado, com reduzida capacidade de macro-organizar o território.

Para esses sujeitos a rua também se apresenta como o lugar do trabalho. Conforme dados apresentados anteriormente, a maior parte dessa população exerce atividades remuneradas, como as de catador de materiais recicláveis, flanelinha e trabalhador da construção civil. Escorel (2003) salienta que as atividades executadas têm como característica geral o fato de a oportunidade de seu exercício não exigir qualquer qualificação e pela intermitência. Portanto, ocupações que se inserem no circuito inferior da economia urbana.

Segundo Santos (2008), o circuito inferior da economia urbana é um dos subsistemas que, juntamente com o circuito superior, forma o sistema maior que é a cidade. De modo simplificado, o circuito superior é aquele constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Já o circuito inferior constitui-se essencialmente por formas de fabricação não “capital intensivo”, pelos serviços não-modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão.

O autor salienta que o circuito inferior é um elemento fundamental da vida urbana nos países subdesenvolvidos devido ao fato de abrigar a população pobre, migrante ou originária da cidade, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno. Depreende-se, pois, que aqueles que habitam as ruas estão inseridos nesse circuito. Desprovidos de capital e grande parte não possui qualificação profissional, é no circuito inferior que encontrarão oportunidades para obtenção de renda, mesmo que sejam aparentemente insignificantes ou aleatórias.

Finalmente, os usos do espaço urbano pela população em situação de rua envolvem também as políticas sociais que são materializadas no território por meio dos equipamentos de serviços especializados no seu atendimento e acolhimento. Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), a maioria desses sujeitos costuma dormir na rua (69,6%), em locais como calçadas, praças, rodovias, parques e viadutos. No entanto, um grupo de tamanho considerável (22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições e, outra parcela (8,3%) costuma alternar, ora dormindo na rua, ora dormindo em albergues e instituições de acolhimento.

De acordo com Koga (2011), o território pode ser visto como o chão das desigualdades sociais, mas também como o chão concreto das políticas. É nele que as desigualdades se tornam mais evidentes entre os cidadãos, todavia, também é por meio dele que as estas podem ser atenuadas mediante a implantação de serviços.

Ressalta-se, pois, o papel do Estado nesse processo. Conforme Castro (2011), as atribuições de corrigir as desigualdades e possibilitar o exercício da cidadania compreendem as competências da máquina administrativa do Estado:

Entre as suas funções está a de prover políticas públicas, ou seja, a prestação de bens e serviços às coletividades e aos seus territórios, como: manutenção da ordem, regulamentação do trabalho, assistência social, saúde, educação, etc (CASTRO, 2011, p.126).

A inserção da situação de rua na agenda pública é bastante recente. Destaca-se, inicialmente, a aprovação da Lei nº 11.258/2005 que incorporou programas de proteção social às pessoas em situação de rua no campo da Assistência Social. A Assistência Social se efetiva mediante a institucionalidade da política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no país.

O SUAS tem origem na formatação e aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - que atribuiu à Assistência Social um novo significado: política pública, dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar.

O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (BRASIL/NOB/SUAS,2005).

Em sua estrutura de gestão, o SUAS explicita a perspectiva do acesso à integralidade da proteção nos diferentes territórios do país, de modo que os serviços, programas e projetos de Proteção Social Básica e Especial devem ser organizados, de modo a garantir a integralidade da proteção, considerando as seguranças socioassistenciais a serem afiançadas a famílias e indivíduos. Sua implantação se dá pela organização dos municípios, pois é neles que as ações acontecem.

Em 2009, o advento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009) coloca de vez essa população como alvo de políticas sociais asseguradas pelo Estado. Tal agenda orienta a ação e estabelece responsabilidades para as diferentes políticas públicas na atenção a esse segmento da população, sendo implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos.

Nesse mesmo ano, a aprovação da Resolução Nº 109 de 11 de novembro de 2009 representou um avanço significativo para a concretização da oferta de ações às pessoas em situação de rua no SUAS, na medida em que efetivou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009). Esta estabeleceu parâmetros para a oferta de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial (PSE) de Alta e Média Complexidade⁵ direcionados a diversos públicos, entre os quais a população em situação de rua.

Os serviços de PSE de Alta Complexidade para esse grupo inclui o Serviço de Acolhimento Institucional, que é desenvolvido em unidade institucional semelhante a uma residência e/ou em unidade institucional de passagem, com o objetivo de oferta de acolhimento imediato e emergencial; inclui ainda o Serviço de Acolhimento em Repúblicas, destinado a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social.

Já os serviços de PSE de Média Complexidade incluem o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço Especializado em Situação de Rua. O primeiro representa importante recurso para a identificação de pessoas em situação de rua ao possibilitar que a oferta de atenção especializada a esse segmento seja iniciada no próprio contexto da rua, mediante o trabalho de equipes de abordagem. Já o segundo configura-se como um espaço essencial para a oferta de atenção especializada no SUAS às pessoas em situação de rua, devendo ser ofertado obrigatoriamente nos Centros de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP).

⁵ Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem a proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos. Já os serviços de média complexidade são aqueles voltados para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais (BRASIL, 2009).

Um dos eixos norteadores do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é justamente a relação dessa população com a cidade e a realidade do território. Segundo o documento que orienta a política (BRASIL, 2011):

É nos espaços públicos da cidade que inúmeras condições locais interagem, influenciam e caracterizam a vida das pessoas em situação de rua. Para a realização do trabalho com pessoas em situação de rua é importante, portanto, considerar a relação que estabelecem com a cidade e o território. Nesse sentido, faz-se necessário, inicialmente, identificar quais são os lugares de maior concentração e trânsito dessas pessoas na cidade. Além disso, é importante procurar compreender: suas estratégias de sobrevivência e adaptação; seus costumes; as relações que mantém no espaço em que vivem e convivem; as condições a que estão expostos cotidianamente; e os recursos disponíveis com os quais podem contar na cidade, por exemplo, as redes sociais que lhes dão apoio no dia a dia (BRASIL, 2011, p.73).

Em relação à implantação do Centro POP, a normativa orienta pelo reconhecimento do território em questão, com suas especificidades e características de ocupação, de modo que a implantação da unidade deve ser precedida da elaboração de um diagnóstico socioterritorial que identifique as áreas de maior concentração e trânsito dessa população, bem como sua dinâmica de movimentação.

Evidencia-se, pois, a relevância da dimensão territorial na compreensão dessa problemática em sua totalidade, assim como na busca por soluções ou ações mitigadoras. Conforme Koga (2011), considerar o território a partir de seus usos pelos sujeitos sociais possibilita alcançar as gamas de relações nas suas formas objetivas e subjetivas, revelando um mundo desconhecido pelos diagnósticos normais de apreensão da realidade e, assim, contribuindo para a ampliação da ótica sobre as situações de exclusão social e formas de combatê-la mais eficazmente.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: UMA ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS DE ACOLHIMENTO NO ESPAÇO URBANO

Localizado na Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes possui uma população total de 463.731 habitantes, dos quais 90,2% residem na área urbana (IBGE, 2010). Trata-se do maior município em extensão territorial do estado do Rio de Janeiro (4.026.696 km²). Além de exercer a função de cidade média na rede urbana do estado, polariza os demais municípios da região.

Conforme Cruz (2003), o município historicamente teve uma posição de destaque no cenário regional e nacional graças à sua dinâmica econômica: primeiramente por conta de sua importante indústria açucareira e, mais recentemente, por ter se tornado um dos maiores recebedores de *royalties* e participações especiais pela exploração de petróleo a partir da década de noventa do século passado. No entanto, trata-se de um município marcado por contradições, haja vista a predominância de uma população pobre e pouco dinâmica em termos de geração, acesso e distribuição de emprego e renda. Segundo o autor, Campos dos Goytacazes tem como aspecto central do seu mercado de trabalho o desemprego e o subemprego da imensa parcela da força de trabalho altamente desqualificada, que vive de biscates e mora em favelas e loteamentos não regularizados pelo Estado.

A configuração espacial da cidade sempre foi caracterizada pela dualidade centro-periferia, sendo esta resultante de um processo no qual o poder público municipal orientou-se por realizar

investimentos na área central, promovendo a desvalorização das demais localidades nas quais se concentrava a população pobre, com a ausência de saneamento básico, serviços e infraestruturas (FARIA, 2005).

A área da cidade que hoje é oficialmente denominada Centro, também conhecida como Centro Tradicional, está intimamente ligada à formação de Campos dos Goytacazes. Esta foi alvo, inicialmente, da instalação das residências da classe dominante, além das sedes dos poderes municipal (primeiro a Câmara Municipal e posteriormente a Prefeitura, após a sua criação), religioso e econômico. Conforme Souza e Batista (2014), com a consolidação dessa área como um centro, houve o fortalecimento do seu comércio e, por seu constante crescimento, este se estabeleceu progressivamente como um lugar voltado para fins comerciais. Com o passar do tempo, grande parte da população de alta renda que ali estava instalada manifestou a tendência em migrar para outros locais, provocando a formação de novas centralidades, a exemplo do Bairro Avenida Pelinca.

Nesse processo, o Centro Tradicional que até então era restrito à classe dominante passou a abrigar uma enorme massa da população de menor poder aquisitivo, sem, no entanto, perder sua relevância, haja vista que se consolida predominantemente como lugar do comércio e do serviço na cidade, com a presença de agências bancárias, hospitais, clínicas especializadas, empresas e escritórios diversos.

É também nessa área que se concentra uma parcela da população pobre que faz das ruas seu espaço de vida, lugar de morar e lugar de trabalhar. Em 2008, a Pesquisa Nacional sobre População Situação de Rua contabilizou 138 pessoas vivendo nas ruas da cidade (BRASIL, 2008).

No âmbito da Política Nacional para a População em Situação de Rua, o município dispõe de políticas sociais especializadas no atendimento a essa população, que são efetivadas por meio de quatro equipamentos (Figura 01): o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), o Abrigo Lar Cidadão, a Casa de Passagem, além do Albergue Francisco de Assis. Todos vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

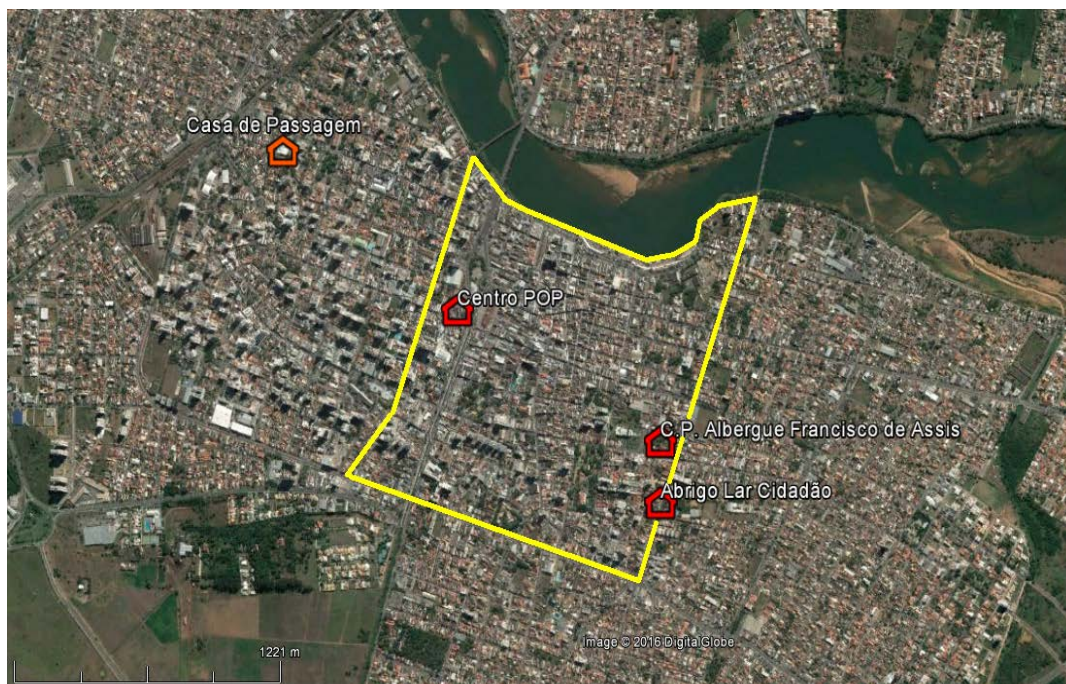


Figura 01: Indicação da localização dos equipamentos de políticas sociais para a população em situação de rua (em vermelho). Em amarelo, o Centro da cidade, conforme delimitação oficial.

Fonte: Google Earth. (Adaptado pelos autores).

Conforme mostra a figura 01, os equipamentos encontram-se localizados no Centro da cidade ou em áreas adjacentes. É exatamente nessa região central que empiricamente se percebe a concentração da população em situação de rua.

A seguir será apresentado um panorama das quatro instituições, buscando destacar o papel de cada uma delas nas dinâmicas de vida desse grupo populacional em Campos dos Goytacazes. Os dados apresentados foram obtidos através de trabalhos de campo nas instituições pesquisadas, nos quais se consultou suas respectivas equipes técnicas.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)

O Centro POP constitui-se no principal ponto de apoio para as pessoas que vivem nas ruas de Campos dos Goytacazes. Com localização na Rua Tenente Coronel Cardoso, Centro, a unidade está bem próxima dos espaços de concentração desse grupo populacional, como o Terminal Rodoviário Roberto Silveira, o Parque da República, a ponte Leonel Brizola e a beira-valão.

A instituição funciona em uma antiga residência, na qual também já funcionou um albergue e um abrigo. O equipamento é composto por cozinha, refeitório, banheiro, depósito para guardar os materiais dos usuários, além de salas de atendimento. Em relação aos recursos humanos, a unidade conta com um quadro técnico formado por assistentes sociais, psicólogos, monitores, além de assistentes administrativos e auxiliares de serviços gerais.

Funcionando como a porta de entrada dessa população para os demais serviços públicos no município, o atendimento aos usuários pode ocorrer de diferentes formas, de acordo com cada caso. Em relação ao primeiro contato do sujeito com a instituição, o mesmo pode ocorrer de diferentes maneiras: por demanda espontânea, quando o mesmo se dirige à unidade; mediante o encaminhamento de outros órgãos públicos, ou; a partir do Serviço Especializado em Abordagem Social. Neste último caso são as equipes de abordagem que vão até as pessoas que estão nas ruas e realizam sua inserção na rede socioassistencial do município.

A partir do primeiro contato o sujeito passa por um processo de avaliação e triagem que visa identificar o seu perfil e situação para, a partir daí, ser conduzido aos serviços dos quais ele necessita. Entre as principais demandas estão os serviços de Saúde e de Assistência Social, com destaque para elaboração de documentação pessoal, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais, assim como encaminhamentos para o mercado de trabalho ou para os serviços de acolhimento institucional, caso haja aceitação por parte do indivíduo.

O Centro POP funciona apenas durante o dia e realiza em suas dependências ações de acompanhamento psicossocial, atividades de convívio e socialização, além de promover o acesso a espaços de guarda de pertences, higiene pessoal e alimentação. Por estar em uma área de fácil acesso e próximo aos locais de concentração dessa população, diariamente, diversas pessoas se encaminham para a unidade no intuito de obter algum tipo de atendimento.

Segundo orientações técnicas para o funcionamento dos Centros POP (BRASIL, 2011), as unidades devem possuir capacidade de realizar o atendimento e acompanhamento de 80 casos em todos os meses do ano, podendo variar de acordo com a demanda dos indivíduos no território em questão. No caso da unidade de Campos dos Goytacazes, o número de atendimentos nos primeiros nove meses de 2016 variou entre 120 e 136 casos, com uma média de 30 a 40 atendimentos diários. Ressalta-se que grande parte desses atendimentos é referente a pessoas originárias de outros municípios da região, assim como de outros estados do país.

CASA DE PASSAGEM

A unidade de acolhimento Casa de Passagem está localizada na Rua Manhães Barreto, no Jardim Maria de Queiroz. Sua estrutura física é composta por oito quartos, três banheiros, uma cozinha, dois espaços de convivência, além de salas para a coordenação e equipe técnica. A unidade dispõe de uma equipe formada por 17 profissionais como assistentes sociais, psicólogos e cuidadores.

A instituição atende, majoritariamente, pessoas com idade entre 22 e 59 anos, oriundas de outras cidades e que buscam a inserção no mercado de trabalho, de modo que não possuem a intenção de permanecer em situação de rua por muito tempo. Geralmente, o tempo de permanência na unidade é de três meses, podendo variar tempo de acordo com o caso. Os usuários do equipamento são, em sua maioria, encaminhados pelo Centro POP.

A Casa de Passagem dispõe de trinta vagas, sendo a instituição de acolhimento com maior capacidade de acolhimento. Além disso, este é o único equipamento do município que atende mulheres em situação de rua, sendo destinado a elas um total de 10 vagas. Em geral, a unidade consegue atender a demanda, que é 25 pessoas em média.

A unidade funciona em período integral, de modo que as pessoas podem lá permanecer durante o dia e a noite. Além de oferecer abrigo, alimentação e higiene, a Casa de Passagem também realiza

o acompanhamento psicossocial dos usuários, assim como encaminhamentos para outros serviços de saúde e assistência social.

CASA DE PASSAGEM ALBERGUE FRANCISCO DE ASSIS

A Casa de Passagem Albergue Francisco de Assis, localizado na Rua Saldanha Marinho, Centro, é uma unidade de acolhimento que se diferencia das demais por ser uma instituição privada, pertencente ao Grupo Espírita Francisco de Assis e que se integra à rede socioassistencial mediante convênio com a prefeitura municipal.

O equipamento dispõe de onze vagas, que geralmente ficam ocupadas integralmente. Possui dois quartos, além de banheiro, cozinha, espaço de convivência e salas para atendimento psicossocial. O quadro de profissionais é formado por um psicólogo e uma assistente social, dois cuidadores, além de uma cozinheira.

A unidade acolhe principalmente pessoas em trânsito, oriundas de outras cidades e estados, que estão à procura de emprego. Os usuários são do sexo masculino, com idades variando entre 18 e 59 anos, que são encaminhados, majoritariamente, pelo Centro POP.

A Casa de Passagem Albergue Francisco de Assis possui como principal característica o atendimento exclusivamente noturno. Os usuários entram às 18 horas da noite, tomam banho, jantam, dormem e saem na manhã do dia seguinte. Além disso, recebem acompanhamento do psicólogo e da assistente social que pode os encaminhar para os demais serviços da rede socioassistencial do qual necessitam. Em média, essas pessoas frequentam a instituição durante um mês.

ABRIGO LAR CIDADÃO

Localizado na Rua dos Goytacazes, bairro Turf Clube, o Abrigo Lar Cidadão existe desde 2010. Sua estrutura física compreende cinco quartos, três banheiros, uma cozinha, uma área de lazer e um refeitório, além de salas para os servidores. A equipe técnica é formada por dezoito pessoas, entre as quais estão profissionais da Psicologia e Assistência Social, bem como técnicos cuidadores.

O equipamento possui vinte vagas, sendo capaz de atender a demanda, que geralmente é de 18 pessoas. A maior parte desses indivíduos chega à instituição mediante o encaminhamento realizado pelo Centro POP. O público atendido é composto por pessoas do sexo masculino e que, geralmente, possuem algum tipo de dependência química. A faixa etária varia entre 18 e 59 anos, no entanto, há também casos específicos de pessoas com mais de 60 anos que chegam à instituição após um processo envolvendo abandono familiar e consequente passagem pelas ruas.

A instituição oferece acolhimento durante tempo integral, servindo as refeições diárias, além de realizar acompanhamento psicossocial dos usuários e encaminhamento para outros serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas.

Comparado às demais instituições do município voltadas a esse público, o abrigo é onde a população em situação de rua pode permanecer em acolhimento por um maior período de tempo, podendo alcançar seis meses de permanência. Geralmente, os indivíduos ficam abrigados em uma média de cinco meses. No entanto, há de casos específicos de pessoas que ficaram abrigadas por vários anos, até alcançar sua autonomia e reintegração social.

Em outros casos, o próprio usuário abandona a instituição. Isso ocorre principalmente por não conseguirem se encaixar nas regras estabelecidas internamente. O fato de muitos deles serem dependentes químicos também contribui para a volta às ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou refletir sobre as relações entre a população em situação de rua e o território, a partir da análise das políticas sociais materializadas no espaço urbano de Campos dos Goytacazes. Nesse sentido, buscou-se analisar como os equipamentos de atendimento a esse grupo populacional se inserem em suas dinâmicas de vida na cidade.

Mediante o estudo, constatou-se que o espaço urbano desempenha importante papel no cotidiano dessa população, de modo que o atendimento às suas necessidades básicas de sobrevivência é condicionado aos diversos usos que estes fazem do território. Nesse âmbito, os equipamentos de promoção de políticas sociais constituem-se importantes elementos para esses sujeitos. Por meio dos usos de tais materialidades os indivíduos conseguem alcançar condições mínimas de sobrevivência, ainda que de forma provisória.

A cidade de Campos dos Goytacazes recebeu elevados volumes compensações financeiras decorrentes da extração de petróleo na Bacia de Campos. Entretanto, o volume desses recursos não foi acompanhado por políticas estruturais de redução da pobreza, como investimentos em educação, saúde, melhorias urbanísticas nos equipamentos de uso coletivo no espaço urbano. Essa situação atribui às políticas de assistência social o papel de mitigadores de um processo radical de concentração de renda e de geração de população em situação de rua no Norte Fluminense, cujo foco está na cidade de Campos dos Goytacazes, por ser centro urbano de influência regional.

Campos dos Goytacazes possui quatro equipamentos de atendimento a essas pessoas. Destaca-se entre estes o Centro POP, que é a porta de entrada dessa população para os demais serviços que lhes são oferecidos. A unidade apresenta-se como uma referência territorial para essa população. É por meio dela que as pessoas em situação de rua são encaminhadas para as unidades de acolhimento, nas quais poderão permanecer por mais tempo e em melhores condições.

Pode-se, então, afirmar que os equipamentos de políticas sociais apresentam-se como elementos que possibilitam maior vinculação desses indivíduos com o território. Embora as políticas sociais nem sempre resolvam os seus problemas, as mesmas possibilitam maior conforto e acesso aos serviços que contribuem na mitigação das dificuldades e problemas cotidianos.

A despeito de tais equipamentos serem de fato objetos de melhoria da condição desse grupo social - que era invisibilizado normativamente e no cotidiano do espaço urbano - considera-se que o modo como os grandes projetos de desenvolvimento econômico vêm sendo implementados no Brasil também gera pobreza urbana.

Torna-se, pois, necessário realizar uma reflexão transescalar das políticas sociais de assistência social, pois a organização federativa brasileira deixa a função de implementação de políticas sociais, como as de atendimento à população em situação de rua, a cargo do município. Ao mesmo tempo, os grandes projetos que estruturam o território brasileiro e reafirmam o papel do território na divisão internacional do trabalho também interferem na vida dos lugares. Daí a necessidade de

analisamos o território em suas diversas acepções, juntamente com as articulações escalares, sejam nas escalas político-administrativas, sejam nas escalas geográficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005** que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, julho de 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria de avaliação e Gestão da informação. Meta Instituto de Pesquisa e Opinião. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, 2008.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009**, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua**. Brasília, 2011.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, J. L. V. Da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense**. 331 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FARIA, T. J. P.. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades velhas estruturas. X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina Por uma Geografia Latino-Americana: Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade**, p.4478-4799, 2005.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2004.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 10/10/16.

- KOGA, D. H. U. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista** (Online), v. 16, p. 30-42, 2013.
- SANTOS, Daiane. **O retrato do morador de rua da cidade de Salvador-BA: um estudo de caso.** Monografia de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania. Fundação Escola do Ministério Público, 2009.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L.. **O Brasil Território e Sociedade no Início do Século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, M. **O espaço dividido.** 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina.** Ano 6, nº. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SOUZA, A. R. de.; BATISTA, H. F.. **O processo de descentralização em Campos dos Goytacazes: a descentralização comercial no centro principal e o surgimento de uma nova área concentrada, o Parque Avenida Pelinca.** Monografia de Licenciatura em Geografia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Campos dos Goytacazes, 2014.